

Valor universal e valores locais:

qual o lugar conferido às populações? O exemplo da cidade de Arequipa, no Peru

Valeur universelle et valeurs locales: quelle place pour les populations? L'exemple de la ville d'Arequipa, Pérou

Mathieu Dormaels *

RESUMO: Os sítios urbanos inscritos na *Lista do Patrimônio Mundial* abrigam problemáticas sociais particularmente importantes. Lugar de vida e de atividades diversas, eles são o domínio privilegiado de tensões múltiplas, onde os habitantes, no melhor dos casos, não têm sido integrados ao processo de inscrição e, no pior, têm sido vítimas de transformações de seu modo de vida, sendo forçados a deixar seu lugar de moradia. Neste contexto, a *Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica*, documento adotado pela Conferência geral da UNESCO, em 2011, tornou mais necessário do que nunca compreender a verdadeira contribuição das comunidades residentes na elaboração de candidaturas ao VUE e em sua gestão posterior. Este artigo propõe-se então a apresentar dois casos que ilustram este fenômeno, ambos situados no centro histórico de Arequipa (Peru). Evidenciando duas abordagens distintas do valor patrimonial de elementos restaurados, este texto busca compreender porque certos projetos parecem favorecer a reapropriação local e a produção de identidade enquanto que outros provocam uma forte rejeição local e destruição identitária.

Palavras-chave: patrimônio urbano; valor universal excepcional; valores locais; turismo; participação cidadã; Arequipa; Peru.

I ntrodução

Os sítios urbanos inscritos na Lista do Patrimônio Mundial abrigam problemáticas sociais particularmente importantes. Lugar de vida e de atividades diversas, estes centros urbanos são o lugar privilegiado de tensões múltiplas, notadamente entre desenvolvimento e preservação de edificações,

1 EVANS, Graeme. 2002. « Living in a World Heritage City: Stakeholders in the Dialectic of the Universal and Particular ». *International Journal of Heritage Studies*, vol. 8, no 2, p. 117-135. RUSSEIL, Sarah. 2005. « Logiques d'acteurs et processus d'inscription à l'UNESCO : quelle prise en compte des enjeux sociaux dans la gestion du label UNESCO à Québec ? ». In *Habiter le patrimoine : enjeux, approches, vécu*, sous la dir. de Maria Gravari-Barbas, p. 333-350. Rennes : Presses universitaires de Rennes. DORMAELS, Mathieu. 2012. « Global ou local : la place des habitants dans le patrimoine mondial. » sous la dir. d'Etienne Berthold, *Les quartiers historiques : pressions, enjeux, actions*. Québec, Presses de l'Université Laval, p. 109-132.

2 Mesmo que o título completo seja *Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial*, nos utilizaremos a abreviação *Orientations* para referir-se a este documento.

3 UNESCO. 2012. *Orientations devant guider la mise en œuvre de la Convention du patrimoine mondial*, Paris : UNESCO, 168 pages. <<http://whc.unesco.org/archive/opguide12-fr.pdf>> (on line) consultado em 15.02.2013.

melhorias da habitação e subvenção de populações, arranjos turísticos e qualidade de vida. Contamos na bibliografia especializada com inúmeros exemplos de estudos revelando, no melhor dos casos, que os cidadãos não têm sido integrados ao processo de inscrição e, no pior, que eles têm sido vítimas de transformações de seu modo de vida a ponto de serem forçados a mudar-se para lugares onde a vida é mais suportável ou acessível (Evans 2002, Russeil 2005, Dormaels 2012¹).

No entanto, mesmo que o texto das *Orientações*² enuncie a importância de uma “tomada de consciência da parte da população concernida, pois sem sua participação ativa toda empreitada preservacionista seria ilusória” (UNESCO, 2012³), ela permanece pouco consultada. Se esta falta é ainda muito significativa é sem dúvida porque ela representa um desafio maior em termos de gestão, pois a maneira de integrar estas populações ainda está longe de ser clara. Esta questão tornou-se mais atual no momento em que foi ratificada a *Recomendação sobre a Paisagem Urbana Histórica*, adotada pela Conferência geral da UNESCO em novembro de 2011, a qual insiste sobre a importância da integração dos habitantes na gestão de sítios históricos. Assim, parece mais necessário do que nunca compreender qual poderia ser verdadeiramente a contribuição das comunidades residentes na elaboração da candidatura do sítio e em sua gestão posterior, a fim de formular na prática uma abordagem coerente deste fenômeno.

No entanto, mais do que uma participação direta na gestão, a qual permanece sempre como uma possibilidade, nossas pesquisas sugerem que a integração dos habitantes, coerente com uma visão de patrimônio concebido como construção social, faça-se em outro patamar. “Fazer patrimônio” é atribuir certos valores a um elemento material ou imaterial e qualificá-lo a fim de que ele dê sustentação a representações coletivas, identitárias ou culturais. No caso do patrimônio mundial, acrescenta-se um “valor universal excepcional”, além daquele já investido localmente, o que gera efeitos particulares. Este conjunto, ou “sistema”, de valores operacionaliza, ou ainda, enfatiza as representações ligadas originalmente ao próprio elemento legitimado, constituindo seu “valor patrimonial”. Compreender tal valor parece então essencial quando se põe em prática uma proposta de preservação, conferindo este procedimento a base mesma do desenvolvimento do projeto patrimonial. Porém, este projeto não parece possível a não ser por meio de um trabalho articulado com as populações locais.

Este texto propõe-se então a apresentar dois casos que ilustram esta abordagem, ambos saídos de nossa pesquisa sobre o centro histórico de Arequipa (Peru). Situados em um mesmo sítio, estes dois exemplos de intervenção evidenciam duas abordagens distintas do valor patrimonial de

elementos restaurados. Revelando os efeitos deste processo e o papel que podem ter as populações engajadas em preservar, enriquecer e transmitir o valor universal destes sítios é preciso compreender porque certos projetos parecem favorecer a reapropriação local e a produção de identidade enquanto que outros provocam uma forte rejeição local e destruição identitária.

Os sítios urbanos do patrimônio mundial

Entre os 962 sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, 745 são classificados como sítios culturais, e 194 dentre eles correspondem à categoria de “cidade”, enquanto que a Organização de Cidades do Patrimônio Mundial (OVPM) reúne 240 cidades-membro. Trata-se então da categoria de sítio que figura como a mais importante quantitativamente na Lista, o que indica o crescimento da população urbana e da concentração de bens culturais que podemos encontrar nas cidades.

Esta distinção da categoria de cidades foi incluída na versão de janeiro de 1987 nas *Orientações* em seguida à discussão do Comitê em sua 8ª sessão (Buenos Aires; 1984) sobre as conclusões formuladas na reunião de especialistas em cidades históricas, ocorrida em Paris de 5 a 7 de setembro de 1984, e organizada pelo ICOMOS. Ela compreende três subcategorias que são assim definidas:

I. “As cidades mortas: testemunho arqueológico fixo de um passado distante, o qual corresponde geralmente a um critério de autenticidade, cujo estado de conservação é relativamente fácil de controlar;

II. As cidades históricas vivas: por sua própria natureza, têm sido e serão chamadas a evoluir sob o efeito de mutações socioeconômicas e culturais, o que torna mais difícil toda avaliação em função do critério de autenticidade e mais aleatória toda política de preservação;

III. As novas cidades do século XX: as quais têm paradoxalmente alguma coisa em comum com as duas categorias mencionadas anteriormente. Sua organização urbana original permanece pouco legível e apresenta certa autenticidade, mas seu futuro é incerto devido a uma evolução em boa medida incontrolável.”⁵

4 Em janeiro 2013.

Ao conjunto de sítios que correspondem a essas definições podem acrescentar-se os monumentos, os conjuntos arquiteturais ou ainda os sítios arqueológicos

5 UNESCO. 2012. *Op.Cit.*

situados nas cidades e que são também “sítios urbanos”, não somente por sua localização, mas também e, sobretudo, porque eles estão submetidos aos desafios próprios a este meio ambiente. Além disso, as *Orientações* desaconselham ao máximo a inscrição de cidades vivas, antigas ou recentes, justamente por causa da incerteza quanto à sua preservação, mas também por causa da complexidade de sua gestão. Com efeito, estes sítios apresentam problemáticas particulares, que não se limitam àqueles inscritos porque os encontramos em todos os centros históricos protegidos. No entanto, nas cidades do patrimônio mundial, os desafios presentes parecem exacerbados por uma complexidade crescente, por grandes expectativas e uma frequência mais intensa. A princípio, trata-se de um espaço de tensão, pressionado tanto pela ação pública, quanto pelo setor privado, pelas limitações regulamentares impostas para manter a integridade física e a autenticidade do sítio, mas também pelo interesse frequente de diferentes atores, locais ou não, pelos projetos que são aí realizados.

No entanto, tais limitações não devem impedir as necessárias adaptações e o desenvolvimento local, sobretudo econômico, mas também a melhoria das condições de vida dos habitantes. Então é crucial medir corretamente as necessidades de mudança e as exigências de preservação a fim de encontrar um equilíbrio neste processo. Acrescente-se ainda que os centros históricos sofrem diferentes usos que, neste caso específico, são submetidos a uma concorrência acirrada de vez que a criação de novos espaços é muito limitada e os usos são mais numerosos. No caso do patrimônio mundial tais usos são ainda mais intensos, sobretudo aqueles relacionados ao turismo. Então, pode ser necessário, neste mais do que em outros domínios, regulamentar e controlar a diversidade de empregos dos referidos sítios graças notadamente às ferramentas de planejamento da ocupação do solo, mas também às medidas fiscais apropriadas à realidade de cada território.

Enfim, se os centros históricos são reconhecidos por seu valor patrimonial, na medida em que eles poderiam integrar os significados dados pelos habitantes a seu modo de vida, este valor deveria então levar em conta as diferentes populações envolvidas e suas correspondentes significações múltiplas. É em todo caso o que se pode compreender da abordagem da “paisagem urbana histórica” na qual é sublinhada a importância de favorecer a habitabilidade tanto quanto o desenvolvimento econômico (art. 3), integrando os habitantes em uma gestão participativa e respeitosa das tradições e concepções locais (art. 13). A própria definição de valor patrimonial, pela aplicação desta recomendação, deve se fazer “consultando as partes envolvidas sobre os valores a proteger em vista de sua transmissão às gerações futuras, e determinar os atributos que caracterizam estes valores” (UNESCO, 2011⁶).

6 UNESCO. 2011. *Recommandation concernant le paysage urbain historique*, Paris: UNESCO. http://portal.unesco.org/fr/ev.php-URL_ID=48857&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html (on line) consultado em 15 de fevereiro de 2013.

Os centros urbanos históricos e os sítios patrimoniais incrustados nas cidades, particularmente aqueles inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, são então bens particularmente complexos cuja gestão impõe inúmeras questões. Assim, parece essencial compreender e bem definir seu valor patrimonial a fim de adotar medidas adequadas. A questão é então saber como definir este valor e como integrá-lo, em suas dimensões simultaneamente urbanas, sociais, culturais ou ainda econômicas, na gestão desses territórios.

A cidade de Arequipa, no Peru

Arequipa é a segunda cidade do Peru. Fundada em 1540 por colonizadores espanhóis, ela se situa ao sul do país, em uma região montanhosa e muito árida. Seu centro urbano histórico, construído principalmente de pedras brancas de tufo vulcânico que lhe rendeu o apelido de “cidade branca”. A cidade foi inscrita no Patrimônio Mundial em 2000, convertendo-se na terceira do país na Lista, seguida apenas de Cusco e do centro de Lima. Tal inscrição evocada várias vezes ao longo dos anos 1990, foi o resultado de uma vontade política local, encampada pelo prefeito e sua equipe durante sua campanha eleitoral e, depois, durante seu mandato⁷. A partir de diferentes documentos, os argumentos que motivam este processo repousam sobre a necessidade de alavancar a economia local, desenvolvendo o turismo sobre a base deste recurso patrimonial. *A posteriori*, os responsáveis por estes projetos passaram a evocar também a vontade de fazer do centro histórico um signo da identidade comum de populações díspares. Com efeito, a população local é composta por grupos de origens diversas: famílias antigas que também são proprietárias históricas do patrimônio edificado. Mesmo que elas não vivam mais no local, sentem que ainda pertencem a esse bairro; e migrantes que chegaram das zonas rurais circundantes, a partir dos anos 1960.

Como muito outras cidades de América Latina, Arequipa conheceu um crescimento demográfico considerável (passando de 166 000 habitantes em 1961 a 854 250 em 2007, ou seja mais de cinco vezes em menos de 50 anos⁸), mas o desenvolvimento do seu serviço e de infraestruturas não tem se dado no mesmo ritmo, causando fortes problemas de congestão urbana e de degradação das condições de vida em geral. Além disso, é preciso considerar que no Peru, assim como em muitos outros países da região, as populações indígenas e rurais foram marginalizadas por muito tempo.

Assim, nada mais espantoso que a candidatura do centro histórico de Arequipa tenha sido construída sobre valores inclusivos, envolvendo as diferentes populações e suas origens, por meio da demanda de reconhecimento do valor de uma criação arquitetural e urbana produzida pela mistura de culturas

7 A inscrição do centro da cidade, sua patrimonialização e as transformações físicas e simbólicas do sítio durante os dez anos que se seguiram, foram objeto de nossa tese de doutorado. DOR-MAELS Mathieu. 2013 (em processo). *La construction du patrimoine mondial : transformations physiques et appropriation locale dans la patrimonialisation du centre-ville historique d'Arequipa, Pérou*. Tese de doutorado. Montréal : Université du Québec à Montréal.

8 *Ibid.*

locais e coloniais. Esta mistura pode ser ilustrada em várias instâncias, segundo os diferentes projetos e os diversos “tempos” da ação pública, os quais correspondem também à evolução da noção de patrimônio, sobretudo aquela de patrimônio mundial. Este estudo permitiu pôr em evidência três estágios deste processo, entre 1995 e 2010. O primeiro refere-se àquele da candidatura, quando o próprio dossiê é elaborado em vários momentos, ao sabor das vontades políticas locais e nacionais.

Naquele contexto, como é possível perceber no texto da candidatura (MPA, 1999⁹), o destaque foi dado à fusão de formas na construção dos edifícios do centro da cidade, os quais são o resultado do uso de técnicas de edificação importadas pelos colonizadores associadas ao material local e a uma mão de obra autóctone que introduziu certos elementos da cultura indígena, notadamente nos ornamentos. Este estilo chamado *Arquitectura mestiza* (arquitetura mestiça) ou ainda *barroco andino*, esta particularmente presente em Arequipa (Benavides, 1961: 74¹⁰). O exemplo típico frequentemente dado é aquele da igreja La Campania, cujo tímpano do portal lateral apresenta duas sereias saídas da mitologia associada ao lago Titicaca, uma de cada lado da representação de Santo Inácio de Loyola. Esta representação da hibridação da cultura regional corresponderia então a uma concepção patrimonial que privilegia o patrimônio edificado e os valores materiais dos bens inscritos.

Nos início dos anos 2000, esta representação ganha contornos internacionais, com emergência do patrimônio imaterial seguida da valorização das comunidades locais. Paralelamente a isto, a municipalidade de Arequipa iniciou projetos de restauração e de reforma urbana do centro da cidade e, sobretudo, de um importante projeto de melhoria da habitação precária, em colaboração com a agência espanhola de cooperação para o desenvolvimento. Esta visava identificar e restaurar conjuntos antigos de habitações muito típicos do contexto andino, os *tambos*, os quais abrigavam populações vivendo em condições precárias e insalubres. Essas construções associadas à cultura inca serviam de lugar de alojamento ao longo das rodovias, e no caso de Arequipa, serviam também de lugar de troca, compra e venda para os mercadores que desciam da cordilheira do Andes. Iniciadas em 2002, as intervenções promovidas pela agência espanhola permitiram renovar quatro conjuntos dos dez identificados. Ao longo desses anos, vimos surgir uma nova representação da hibridação da relação entre os *tambos*, habitações modestas e de inspiração precolonial e as *casonas* antigas mansões coloniais do século XVII.

Enfim, no fim dos anos 2000, uma nova concepção patrimonial emergiu devido à diminuição de espaços verdes no entorno da cidade e dos problemas

9 Municipalidad Provincial de Arequipa (MPA). 1999. *Proposal to UNESCO to declare the historical center of Arequipa a cultural heritage site*. Arequipa, 326 p. (online) <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1016.pdf>. Consultado em 15.02.2013

10 BENAVIDES RODRÍGUEZ Alfredo. 1988. *La arquitectura en el Virreinato del Perú y en la Capitanía General de Chile*. Santiago de Chile: Ed. Andrés Bello (3e ed.). 282 pages.

ambientais que isto poderia provocar. Com efeito, estando a cidade situada à beira do rio Chile, mesmo sendo esta considerada mais amplamente como uma zona árida, ela é circundada por zonas de cultura em terraços que datam essencialmente da época precolonial. Tal zona, denominada *Campiña* (campo) parece ter desempenhado um papel decisivo na regulação do clima da cidade, mantendo esta a uma temperatura e humidade mais agradáveis.

No momento de uma missão oficial de acompanhamento ao sítio, em 2008, o grupo de especialistas da UNESCO sublinhou a importância desta *Campiña*, sugerindo uma redefinição do perímetro da zona inscrita na Lista a fim de integrar este elemento (Sanz et al.; 2008¹¹). A justificativa patrimonial desta integração retomou, a seu modo, a mistura cultural aplicando-a à relação dialética entre a cidade, que representava a cultura colonial, e a zona de cultura em terraços, que testemunhava a presença da cultura indígena.

Vemos então como, ao longo dos anos e segundo evoluções da noção de património, o valor patrimonial do sítio construído a partir da contribuição e da mistura das culturas colonial e indígena, se atualizou por meio de novas apresentações e de novos elementos. Ora, estes elementos passam a ser cada vez mais inclusivos em relação aos habitantes, as suas representações e a dimensão social que lhes é associada, pois ocorre uma conversão sucessiva da arquitetura ao alojamento e, em seguida, deste à própria cidade. Então, vemos que o valor patrimonial, mesmo quando ele toma por base a mesma característica – a hibridação, esta se complexifica e integra diferentes dimensões ou diversos valores que, juntos, integram um sistema de sentido.

Um sistema de valores

Esta pesquisa tem enfatizado que a patrimonialização do centro histórico de Arequipa é o resultado de um projeto. Por “projeto patrimonial”, entendo o conjunto de ações direcionadas para consultar e depois conceber e executar um projeto de sociedade fundamentado principalmente sobre a produção de um património. Este poderá servir aos objetivos sociais, identitários, económicos, culturais, educativos do citado projeto. Tal produção patrimonial repousa sobre a qualificação de um ou vários elementos, materiais e/ou imateriais, por um processo de produção de sentido denominado “patrimonialização”, configurado em função de um dado contexto cultural e social. O resultado deste processo é o “valor patrimonial”, o qual provém de um sistema axiológico (falamos de valorização de um elemento patrimonial) o qual se atualiza em função de evoluções do contexto e de transformações de elementos ligados a uma cultura patrimonial (a exemplo de restaurações, reorganizações ou conversão turística).

11 Sanz, Nuria, Luis Fernando Guerrero Baca e Felipe Delmont. 2008. *Informe Oficial de la misión de monitoreo reactivo al Centro Histórico de la Ciudad de Arequipa, Sitio de Patrimonio Mundial, Perú, inscrita en 2000 con los criterios culturales (i) y (iv)*, Paris: Unesco, 77 p. http://whc.unesco.org/download.cfm?id_document=100778. (online) Consultado em 15.02.2013

No caso de Arequipa, a inscrição do centro histórico na Lista do Patrimônio Mundial emergiu de um projeto com várias dimensões. Tratava-se de alavancar a economia local pelo desenvolvimento turístico de recurso patrimonial e de promover uma identidade local fundada na mistura cultural. Mas, além desses elementos discursivos, o projeto apresentado revelava-se igualmente pelas ações conduzidas para conservar e restaurar os espaços urbanos, assim como pela evolução desta paisagem, isto é, pelas mudanças de população ou de usos dos prédios, ou ainda pela valorização de novos elementos patrimoniais como a gastronomia local. Nesse sistema, podemos identificar uma diversidade de valores, sejam eles endógenos, isto é saídos de particularidades locais; sejam exógenos, quando são antes o resultado da adaptação ao contexto local de certo elemento exterior.

No que concerne aos valores endógenos, nesse caso, reencontramos a princípio o valor da arte ou da arquitetura associado às particularidades do patrimônio edificado, o qual concentra enunciados de reconhecimento com o valor discursivo mais explícito. Porém, este estudo permite qualificar de endógenos outros valores tais como aquele de caráter identitário, associado a características da evolução da população local nos últimos 50 anos. De fato, ele repousa sobre duas noções produzidas por esse processo de patrimonialização: a mistura cultural e a resiliência da população frente aos terremotos que destroem regularmente a cidade.

Além disso, o sistema que compõe o valor patrimonial deste sítio é integrado igualmente por elementos exógenos, tais como o valor de durabilidade, no sentido do desenvolvimento durável, o qual resulta da adaptação deste último a diversos fenômenos locais (poluição, urbanização, gestão da água, condição de habitabilidade, etc.). É preciso ainda ressaltar que o centro histórico tem igualmente um valor econômico, o qual depende, sobretudo, do turismo, que por definição é um fator exógeno. Enfim, encontramos igualmente outros elementos significativos ligados ao valor patrimonial, tais como a gastronomia, que coloca principalmente em destaque os pratos típicos nacionais, mais do que práticas alimentares locais, a exemplo dos restaurantes de tipo *picanteria*.

Partindo de tal concepção do valor patrimonial, podemos então questionar o lugar do valor universal excepcional. Com efeito, seria este um valor a mais (endógeno, exógeno ou misto) que se acrescentaria aos outros nesse sistema? Ou seria antes o valor patrimonial produzido pelo sistema que implicaria na sua manutenção, preservando o conjunto dos elementos que o compõem? A esta se podem acrescentar outras interrogações quanto ao papel do enunciado do *valor excepcional universal* na produção de tal sistema. Talvez não exista uma resposta única para essas questões, podendo ser realmente

bem difícil de responder, mas elas revelam ao menos a necessidade de refletir sobre aquilo que constitui o valor universal excepcional e o que ele implica em termos de conservação.

Duas abordagens, dois resultados

Essa abordagem do valor patrimonial como sistema significativo pode oferecer uma pista para a análise do impacto de certas intervenções sobre a população local e o ambiente urbano, permitindo eventualmente definir transformações mesmo antes de elas se concretizem. Apresentaremos neste artigo dois casos situados no centro histórico de Arequipa, os quais ilustram porque a compreensão e a integração de diferentes valores pode determinar o sucesso de um projeto patrimonial.

“Construir a partir do antigo”: integrar os habitantes no processo de patrimonialização

Como foi dito anteriormente, os *tambos* datam da época pré-colonial. Lugares de habitação ao longo das rotas comerciais, elas serviam também de lugar de troca, de compra e de venda de mercadorias transportadas pelas populações rurais ou ainda de pontos de referência nas trilhas do império Inca. Alojamentos populares em essência, esses lugares têm se tornado progressivamente formas de habitação básicas e insalubres, abrigando mesmo uma população de baixa mobilidade e situação social precária. No âmbito do seu projeto de inscrição do centro histórico, a municipalidade de Arequipa estabeleceu uma parceria com a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID), cuja participação financeira foi condicionada à integração de uma cláusula dedicada à melhoria das condições de vida das populações fragilizadas. Projetos particulares têm então tido lugar dentre os bairros mais pobres, sobretudo, aqueles de El Solar onde existem dez desses tipos de alojamento.

Hoje, são quatro *tambos*, dos quais três dos mais importantes foram restaurados (AECID, 2010¹²). O primeiro foi o *tambo* de Bronce, entre setembro 2001 e agosto 2002. Este projeto permitiu consolidar as estruturas, demolir as partes perigosas, renovar as redes, instalar sanitários em cada alojamento e renovar não apenas o terreno, mas também os espaços verdes e os jardins. São 90 pessoas que têm visto assim suas condições de vida se transformar. O mesmo tipo de intervenção teve lugar no *tambo* El Matadero, entre julho 2003 e agosto 2004, com benefício para 78 pessoas. Enfim, o *tambo* La Cabezona foi objeto de trabalhos mais profundos, entre janeiro de 2006 e agosto de 2010. Sendo sua superfície um pouco maior, foi ainda preciso reencontrar o nível inicial do solo e escavar várias dezenas de centímetros.

12 Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo (AECID). 2010. *Tambos del Barrio del Solar*. Arequipa: Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo, 26 p.

Todos esses casos de trabalhos conduzidos pelas autoridades foram intervenções importantes, mesmo que se trate de propriedades privadas e não de espaços públicos. Foi necessário então estabelecer um acordo com os proprietários a fim de que estes se engajassem em manter os habitantes presentes, conservando os aluguéis a um preço razoável, mas também que eles autorizassem o acesso de visitantes a tais espaços.

No entanto, além das negociações com os proprietários, o trabalho mais importante foi aquele de integrar os habitantes ao processo de reabilitação. Isto incluiu notadamente uma reflexão sobre a importância do lugar, sobre os elementos que o caracterizam e que deveriam ser preservados aos olhos daqueles que ali viviam, com a coleta de narrativas de vida e de entrevistas. Por exemplo, este foi o caso da Cruz instalada em cada *tambo*, que assumiu uma grande importância, e cuja presença foi necessária conservar mesmo durante os trabalhos. Esse processo foi documentado e difundido entre os habitantes do *tambo* La Cabezona por meio de uma exposição temporária naquele lugar e pela instalação de painéis de interpretação permanente que revelavam não tanto o valor patrimonial do lugar, mas como ele foi todo restaurado, permanecendo o lugar de vida daqueles que ali ainda se encontram. Este trabalho foi demorado, mas permitiu a melhoria real das condições de vida dos habitantes. O que é interessante é que isso passa despercebido daqueles que ali habitam para tornar-se um elemento de orgulho para o resto da cidade. Com efeito, mesmo que não se trate realmente de uma atração turística (não existe uma sinalização particular) é, no entanto, possível de visita-los se estamos interessados e os habitantes do centro sabem indicar esses lugares e aconselhá-los.

Esses lugares tornaram-se mesmo marcas identitárias porque se converteram em particularidade local, simbolizando uma cultura pré-colonial. Nesse caso, diferentes valores foram identificados (histórico, arquitetural, de uso residencial) integrados no projeto de intervenção. Este respeita a estrutura física, mas também social e simbólica do sítio (preservação da população, valorização da cruz, dos habitantes e de seu “modo de vida modesto”, de suas práticas e crenças, etc.), evitando assim monumentalizar tais conjuntos urbanos. Além disso, certos habitantes dos *tambos* não consideram seu lugar de vida como patrimônio em relação a monumentos mais importantes, tais como a catedral. Assim, a valorização é destinada a um público local para o qual foram concebidos instrumentos de mediações adaptados, a exemplo da exposição ou dos painéis de interpretação *in situ*, ao passo que a sinalização nas ruas se revelou inútil.

Embora, trate-se de espaços privados e apesar dos acordos feitos e dos engajamentos assumidos, parece bem difícil garantir a manutenção dessa

situação. Podemos então questionar quais seriam os meios para assegurar a manutenção desses habitantes, evitando expulsões ou uma *gentrification*, e a melhor conservação possível do lugar. Nestes casos, os recursos parecem limitados e o risco permanece, mas a apropriação local é provavelmente um dos meios para a comunidade conservar certo controle sobre o processo de patrimonialização.

Dissociar espaços: o bairro San Lázaro

Segundo estudos arqueológicos, o bairro San Lázaro é uma das partes mais antigas da cidade. Trata-se de algumas habitações que teriam sido lá instaladas antes mesmo da fundação da cidade e que teriam sido reorganizadas em torno de uma igreja no limite da cidade nova. De fato, este parece constituir um caso de integração periurbana, uma das operações utilizadas pelos espanhóis para reunir a população indígena. Tal operação consistia em criar bairros no limite da cidade colonial, mas que nesse caso tem a particularidade de ter conservado uma parte dos traços originais, sem dúvida em razão de sua topografia. San Lázaro é então um bairro que simboliza a herança pré-colonial da cidade e legitima a existência de um “antes” da colonização.

Em seu conjunto, o bairro foi objeto de um projeto de restauração em 2007, o que de fato revelou-se um dos projetos mais amplos de requalificação urbana, conduzidos desde sua inscrição na Lista. Esta reabilitação do espaço público compreendeu o tratamento do solo, o qual deu lugar a um uso misto carro/pedestre. Foi instalada igualmente nova rede pública de eletricidade, acrescida de detalhes decorativos a exemplo das lâmpadas que traziam inscritas as letras “SL”, para lembrar o nome do bairro. Segundo enunciado no Plano de Urbanismo e de Ocupação de Solo, naquele momento, o objetivo desta intervenção era dinamizar as funções comerciais e turísticas do bairro, mesmo se este é bastante pobre e ainda conta com várias habitações precárias.

Nesse caso, as autoridades municipais intervieram unicamente sobre espaços públicos (ruas, vias e praças), sem considerar as habitações, nem diretamente, nem indiretamente, por meio de uma política de ajuda financeira ou de benefícios fiscais. Além do mais, não houve um trabalho de consulta aos habitantes ou de participação prévia destes na definição do projeto. O resultado é que se o bairro parece fisicamente em bom estado de conservação, os objetivos do projeto inicial não parecem ter sido atingidos.

Com efeito, as escolhas que têm sido feitas produziram conflitos entre o uso e a significação almejada do bairro, o que o deixa hoje em um “entre-duas” condições, não sendo este nem um bairro realmente turístico, nem

de caráter residencial e vivo. A restauração limitou-se às ruas, criando uma dissociação de espaços por contraste, entre fachadas esteticamente restauradas e espaços interiores de casas que, em sua maioria, são pobres e até insalubres. Não somente as condições de vida dos habitantes não têm mudado, mas as intervenções e o contraste que elas tornaram evidentes geram a impressão de dissimulação, de “*pobreza disfarçada*”¹³ (Scarpaci, 2005: 21¹⁴). Tudo isso não provocou outra coisa a não ser o crescimento da “vergonha” e do ressentimento em relação a um centro urbano que se tornou inacessível à maioria da população.

É verdade que em Arequipa, como em muitos outros centros históricos inscritos na Lista da UNESCO, o turismo transforma os usos comerciais, convertendo o comércio local em lojas de lembrancinhas, favorecendo a abertura de restaurantes, hotéis ou cafés com preço dificilmente acessível para a população local. No caso de San Lázaro, esta intervenção pensada para os turistas e mesmo para o desenvolvimento da economia local produziu um minicentro histórico com aparência de pastiche. Querendo privilegiar a época republicana, dissociando o bairro do centro urbano colonial, por meio da instalação de luminárias em estilo francês inapropriadas, produziu-se um bairro percebido como antigo, mas não como indígena, tal como os folders e guias turísticos o apresentam.

Vemos então que a escolha de intervir recaiu unicamente sobre os valores arquiteturais e econômicos do bairro, sem integrar seu valor de uso residencial e limitando seu valor histórico ao estilo republicano. As reações manifestas são opostas aquelas dos *tambos*. Se nos *tambos* as pessoas são abertas e prontas a explicar o que representa o seu lugar de vida, a deixar entrar os visitantes interessados, a responder às questões postas pelos turistas, no bairro San Lázaro, ninguém parece estar muito satisfeito em ver turistas, pois as casas permanecem fechadas para as ruas.

Porém, proliferam manifestações de re-apropriação do espaço urbano, de um espaço que foi tomado e que não é mais sentido como seu, que é degradado por grafites ou pela urina nas paredes. Acrescente-se a isto que o objetivo econômico não foi atingido, pois encontramos poucos turistas qualquer que seja a estação do ano, exceto em alguns hotéis e restaurantes da rua principal ou localizados no limite do bairro. Além disso, circuitos organizados de visita não passam verdadeiramente pelo centro, contentando-se em mencionar esses lugares, contornando-os rapidamente de ônibus. As consequências de uma abordagem que “renova a rua sem tocar nas casas”, impõe a questão do enraizamento local de projetos patrimoniais e, neste caso específico, levam-nos mesmo a perguntar em que medida existiu realmente uma vontade de manter os habitantes, ou ao contrário, de favorecer a transformação da população.

13 Expressão que podemos traduzir como “pobreza mascarada”.

14 Scarpaci, Joseph L. 2005. *Plazas and barrios: Heritage Tourism and Globalization in the Latin American Centro Histórico*. Tucson: University of Arizona Press, 267 p.

Conclusão

Esta análise leva à formulação de uma conclusão a partir de duas problemáticas: aquela da integração dos habitantes ao processo de patrimonialização e a da definição do valor excepcional universal. Em primeiro lugar, os exemplos tratados ilustram a importância de integrar os habitantes aos projetos patrimoniais, por um lado, levando em conta o uso residencial de conjuntos urbanos e, por outro, integrando suas representações, as percepções relativas ao seu lugar de vida, no seio de um sistema de valores que confere ao sítio seu caráter patrimonial. No entanto, esta integração dos habitantes coloca frequentemente problemas visto que ela permanece mal definida e sua pertinência não é evidente. Com efeito, deve-se promover uma participação “ativa” ou “passiva”, e em quais etapas do projeto patrimonial (definição, prefiguração, elaboração, execução)?

Creemos que, mesmo que cada situação mereça uma análise particular, esta integração ao projeto patrimonial deve se fazer por meio da criação e do respeito a um espaço de expressão específico dos habitantes. Isso significa reconhecer o estatuto particular daqueles que vivem em um sítio patrimonial, mas também significa não confundir seu papel, por exemplo, integrando-os obrigatória e diretamente na gestão do sítio. Tanto é fundamental reconhecer aquilo que é importante para as comunidades locais, por meio da coleta de narrativas de vida ou da identificação de representações e de práticas socialmente arraigadas; quanto parece pouco credível pretender integrá-los completamente na execução do projeto e na gestão do sítio, o que de fato demanda competências particulares. Ao contrário, é útil que seja previsto no âmbito do projeto a utilização de ferramentas de mediação e de comunicação, as quais possam servir à apropriação que os habitantes tendem a fazer de seu ambiente de vida, mas também que eles possam eles mesmos utilizar tais ferramentas a fim de transmitir o valor patrimonial do sítio aos visitantes.

Em segundo lugar, é possível então questionar a definição do “valor universal excepcional” (VUE). Com efeito, não há nos textos oficiais outra definição que aquela vinculada aos dez critérios. Ora, podemos justamente indagar se este VUE vem acrescentar, modificando outros valores já existentes, ou se ele estaria antes ligado a um sistema originalmente composto por diferentes valores, como deixa subentendido a recomendação sobre a paisagem urbana histórica. Nesse caso, se ela integra, por exemplo, as práticas ou as tradições dos habitantes, impõe-se a questão da preservação deste VUE pela conservação das ditas práticas, mas também dos habitantes que estão na sua origem. Este seria então um desafio para a gestão desses sítios patrimoniais.

Em todo caso, a valorização do patrimônio urbano parece poder se resumir genericamente à “boa intervenção, sobre o bom valor, no bom lugar.” Outras intervenções no centro histórico de Arequipa, conduzidas por atores públicos e/ou privados, privilegiaram valores diversos, tais como aquele da arquitetural monumental (Catedral, Monastério, Santa Catalina...) ou aquele propriamente econômico (abertura de hotéis nos edifícios renovados, instalação de lojas em antigos mosteiros, etc.). Se assim for possível designá-lo, o “sucesso” de tais operações parece corresponder, por um lado, ao nível de adequação entre os valores atribuídos e aqueles sublinhados pelas intervenções e, por outro, à integração de valores sociais e simbólicos, os quais lhes conferem um fundamento social local.

Artigo

Recebido: 19/09/2013

Aprovado: 30/10/2013

Keywords:

patrimoine urbain ; valeur universelle exceptionnelle ; valeurs locales ; tourisme ; participation citoyenne ; Arequipa ; Pérou

Résumé: Les sites urbains inscrits sur la Liste du Patrimoine Mondial abritent des problématiques sociales particulièrement importantes. Lieu de vie et d'activités diverses, ils sont le lieu privilégié de tensions multiples où, dans le meilleur des cas, les habitants ne sont pas intégrés au processus d'inscription et, dans le pire des cas, ils sont victimes des transformations de leur mode de vie en étant forcés à quitter leur lieu d'habitation. Dans ce contexte, la Recommandation sur le Paysage Urbain Historique, document adopté par la Conférence Générale de l'UNESCO en 2011, a rendu plus nécessaire que jamais la compréhension de la véritable contribution des communautés résidentes dans le cadre de l'élaboration des candidatures pour la VUE et sa gestion postérieure. Cet article propose donc de présenter deux cas qui illustrent ce phénomène, tous les deux situés dans le centre historique d'Arequipa (Pérou). En mettant en évidence deux perspectives distinctes de la valeur patrimoniale des éléments restaurés, ce texte cherche à comprendre pourquoi certains projets semblent favoriser la réappropriation locale et la production d'identité alors que d'autres provoquent un fort rejet local et une destruction identitaire.